



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE CULTURA

Praça Marechal Floriano Peixoto, 517 - Centro - Maceió-AL CEP 57.020-090
Fone: (82) 3315.7890 - CNPJ.: 08.629.503/0001-92

SECULT
Fis. JH2
<i>Rilly</i>
Rúbrica

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 126/2017 -
SECULT/AL, CELEBRADO ENTRE
O ESTADO DE ALAGOAS, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE ESTADO DA CULTURA, E A
EMPRESA JHB GOMES
PRODUÇÕES-ME, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EVENTOS.

O Estado de Alagoas, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Cincinato Pinto, s/n, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-091, inscrito no CNPJ nº [REDACTED], por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, situada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 517, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-090, inscrita no CNPJ nº [REDACTED] neste ato de representação por sua Secretaria Executiva de Estado da Cultura Exercendo Interinamente a Função de Secretária de Estado da Cultura, conforme Decreto de nº 60.970, 10 de Setembro de 2018, Sr.º Rosiane Rodrigues Cavalcante, portadora do RG nº [REDACTED] SSP/AL e do CPF nº [REDACTED] conforme autorização governamental publicada no Diário Oficial de 01 de setembro de 2015, e a empresa JHB GOMES PRODUÇÕES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED] e estabelecida no Loteamento Alto da Boa Vista, nº13 Bairro: São Bento, CEP: 57120-000, Satuba - AL, tendo como sócio empresário Sr. Jackson Henrique Burgos Gomes [REDACTED] de acordo com a representação legal que lhe é outorgado por contrato social: acordam Aditiva o presente termo ao contrato no Processo Administrativo nº 2600.1249/2017 e embasados nas disposições expressas na Cláusulas Quarta, §2º, alínea "b" e Cláusula Sétima, § 1º, alínea (a) do instrumento supracitado, na Lei nº 8.666/93, art.57, inc. IV e art.61, inc. I, alínea (b) e § 1º, bem assim nas Cláusulas e condições aceitas e expressas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo do Contrato nº 126/2017, oriundo da Ata de Registro de Preço 371/2016 - AMGESP, com o objetivo de prorrogação contratual da empresa JHB GOMES PRODUÇÕES, para continuidade dos serviços de eventos, para atender as demandas e programações de eventos anuais, desta SECULT.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Este termo de Contrato tem prazo de vigência e execução de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado de Alagoas, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE CULTURA

Praça Marechal Floriano Peixoto, 517 - Centro - Maceió-AL CEP 57.020-090
Fone: (82) 3315.7890 - CNPJ.: 08.629.503/0001-32



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor global da contratação é de R\$ 5.397.750,00 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta reais). O valor citado é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa de trabalho: 1339202074253 – Apoiar realização de eventos culturais.

Rubrica: 33.90.39

Fonte: 0100 – Do orçamento da SECULT (Secretaria de Estado da Cultura).

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR CONTRATUAL

Ressalta-se a alteração da cláusula oitava do contrato nº 126/2017, onde se tinha como gestor inicial, o servidor Bartolomeu Maciel Santana Júnior, sob matrícula nº 109-0, conforme portaria nº 120/2017. Atualmente, o contrato é gerido pela servidora Bruna Brasileiro Queiroz Galvão, sob matrícula nº 114-7, de acordo com a portaria nº 037/2018, onde fica acordado que tal prestação será realizado pela mesma.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÕES

Ficam mantidas as demais cláusulas atuais. E por estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias iguais teor e forma, perante as testemunhas abaixo:

Maceió – AL, em 01 de outubro de 2018.

Secretaria de Estado da Cultura
CONTRATANTE

Rosiane Rodrigues
Secretária Executiva de
Gestão Interna
SECULT/AL - Mat. 82-5

JHB GOMES PRODUÇÕES - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1ª

TESTEMUNHA 2ª



EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 2600-1249/2017

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.57, II, Lei 8.666/93

CONCEDENTE: Estado de Alagoas, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, representada pela Secretária Executiva de Estado da Cultura exercendo interinamente a função de Secretária de Estado da Cultura, Sra. Rosiane Rodrigues Cavalcanti.

PROponente: A EMPRESA JHB GOMES PRODUÇÕES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº [redacted] e estabelecida no Loteamento Alto da Boa Vista, nº13 Bairro: São Bento, CEP: 57120-000 Santa Luzia - AL, tendo como sócio empresário Sr. Jackson Henrique Burgos Gomes.

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo do Contrato nº 126/2017, prorrogação contratual da empresa JHB Gomes Produções, para continuidade dos serviços de eventos, para atender as demandas e programações de eventos anuais desta Secretaria.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato contratual.

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1339202074253

FONTE: 0100

Valor do Contrato: R\$ 33.903,39

Maceió/AL, 05 de outubro de 2018.

ROSIANE RODRIGUES CAVALCANTI

Secretária Executiva de Estado da Cultura

Exercendo Interinamente a Função de Secretária de Estado da Cultura

PROC: 1800-8116/2017 - INTERESSADO: ANDRÉA PAULA MIRANDA LOPES. - ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD-1593/2018 - Conheço e concordo com o entendimento manifestado no PARECER PGE/PA/SUBUNIDADE PREVIDENCIÁRIA-1662/2018 (fls. 58-59), conclusivo pela concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com fundamento no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. 2. Com efeito, restam satisfeitos os seguintes requisitos: a) tempo mínimo de contribuição de 30 (trinta) anos; b) idade mínima resultante da redução de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição expressa no artigo 3º, I, da Emenda Constitucional nº 47/2005; c) mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 05 (cinco) anos no cargo em que se dará a aposentadoria. 3. Direito à paridade e integralidade. 4. Cálculo de competência da Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas. 5. Ato de aposentadoria de competência do Chefe do Poder Executivo. 6. Remessa ao Tribunal de Contas Estadual. 7. Ao Gabinete Civil.

PROC: 1800-7476/2015 - INTERESSADO: ELIANE CHAVES VIEIRA - ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD-1594/2018 - Conheço e concordo com o entendimento manifestado no PARECER PGE/PA/SUBUNIDADE PREVIDENCIÁRIA-1631/2018 (fls. 78-79), conclusivo pela concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com fundamento no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. 2. Com efeito, restam satisfeitos os seguintes requisitos: a) tempo mínimo de contribuição de 30 (trinta) anos; b) idade mínima resultante da redução de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição expressa no artigo 3º, I, da Emenda Constitucional nº 47/2005; c) mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 05 (cinco) anos no cargo em que se dará a aposentadoria. 3. Direito à paridade e integralidade. 4. Cálculo de competência da Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas. 5. Ato de aposentadoria de competência do Chefe do Poder Executivo. 6. Remessa ao Tribunal de Contas Estadual. 7. Ao Gabinete Civil.

PROC: 1700-8553/2016 - INTERESSADO: ARLINDA MARIA CAVALCANTE FERRÊIRA - ASSUNTO: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD-1622/2018 - Conheço e concordo com o entendimento manifestado no PARECER PGE/PA/SUBUNIDADE PREVIDENCIÁRIA-1665/2018 (fls. 73-74), conclusivo pela concessão de aposentadoria por invalidez, com fundamento no artigo 40, § 1º, I, da Constituição Federal. 2. Considerando que a patologia indicada no laudo pericial não está incluída no rol do artigo 151, da Lei Federal nº 8.213/1991, os proventos devem ser proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base no valor da última remuneração do servidor, nos termos do artigo 6º - A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012. 3. Direito à paridade, que assegura a revisão dos proventos seguindo os mesmos critérios aplicados aos servidores em atividade, com fundamento no artigo 6º - A, da Emenda Constitucional nº 41/2003 (Emenda Constitucional nº 70/2012). 4. Cálculo de competência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas. 5. Ato de aposentadoria de competência do Chefe do Poder Executivo. 6. Remessa obrigatória ao Tribunal de Contas Estadual, nos termos do artigo 83, da Lei Estadual nº 7.751/2015. 7. Ao Gabinete Civil.

PROC: 2100-544/2017 - INTERESSADO: JOEL CABRAL BARBOSA JÚNIOR - ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD-1621/2018 - Conheço e concordo com o entendimento manifestado no PARECER PGE/PA/SUBPREV - 1658/2018 (fls. 61-62), conclusivo pela concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com fundamento no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. 2. Com efeito, restam satisfeitos os seguintes requisitos: a) tempo mínimo de contribuição de 35 (trinta e cinco) anos; b) idade mínima resultante da redução de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição expressa no artigo 3º, I, da Emenda Constitucional nº 47/2005; c) mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, 15 (quinze) anos de carreira e 05 (cinco) anos no cargo em que se dará a aposentadoria. 3. Direito à paridade e integralidade. 4. Cálculo de competência da Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas. 5. Ato de aposentadoria de competência do Chefe do Poder Executivo. 6. Remessa ao Tribunal de Contas Estadual. 7. Ao Gabinete Civil.

PROC: 1800-10910/2014 - INTERESSADO: REGINA LÚCIA GOMES DANTAS. - ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD-1619/2018 - Conheço e concordo com o entendimento manifestado no PARECER PGE/PA/SUBPREV - 1691/2018 (fls. 74-75), conclusivo pela concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com fundamento no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 47/2005, aplicando-

se a redução de idade e tempo de contribuição contida no artigo 40, § 5º, da Constituição Federal. 2. Com efeito, restam satisfeitos os seguintes requisitos: a) tempo mínimo de contribuição de 25 (vinte e cinco) anos, exercidos exclusivamente em atividade de magistério (as funções de direção e assessoramento pedagógico são consideradas atividades de magistério, desde que exercidas por professor em instituição de ensino básico, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade); b) idade mínima de 50 (cinquenta) anos; c) mais de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos de carreira e 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria. 3. Direito à paridade e integralidade. 4. Cálculo de competência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas. 5. Ato de aposentadoria de competência do Chefe do Poder Executivo. 6. Remessa obrigatória ao Tribunal de Contas Estadual, nos termos do artigo 83, da Lei Estadual nº 7.751/2015. 7. Ao Gabinete Civil.

PROC: 1800-3038/2014 - INTERESSADO: ROSA MARIA GUIMARÃES BONFIM - ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - DESPACHO JURÍDICO PGE/PA/SUB-CD-1620/2018 - Conheço e concordo com o entendimento manifestado no PARECER PGE/PA/SUBPREV - 1690/2018 (fls. 86-87), conclusivo pela concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com fundamento no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 47/2005, aplicando-se a redução de idade e tempo de contribuição contida no artigo 40, § 5º, da Constituição Federal. 2. Com efeito, restam satisfeitos os seguintes requisitos: a) tempo mínimo de contribuição de 25 (vinte e cinco) anos, exercidos exclusivamente em atividade de magistério (as funções de direção e assessoramento pedagógico são consideradas atividades de magistério, desde que exercidas por professor em instituição de ensino básico, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade); b) idade mínima de 50 (cinquenta) anos; c) mais de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos de carreira e 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria. 3. Direito à paridade e integralidade. 4. Cálculo de competência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas. 5. Ato de aposentadoria de competência do Chefe do Poder Executivo. 6. Remessa obrigatória ao Tribunal de Contas Estadual, nos termos do artigo 83, da Lei Estadual nº 7.751/2015. 7. Ao Gabinete Civil.

Procuradoria Geral do Estado, Maceió/AL, 05 de outubro de 2018.

MAILSON LUIZ PEREIRA DOS SANTOS
Responsável pela Resenha

SECULT

Fls. 115

Rubrica

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT/AL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 2600-1249/2017.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, II, Lei 8.666/93

CONCEDENTE: Estado de Alagoas, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, CNPJ Nº [REDAZIDO], representada pela Secretária Executiva de Estado da Cultura exercendo interinamente a função de Secretária de Estado da Cultura, Sra. Rosiane Rodrigues Cavalcanti [REDAZIDO].

PROPONENTE: A EMPRESA JHB GOMES PRODUÇÕES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº [REDAZIDO], estabelecida no Loteamento Alto da Boa Vista, nº 13 Bairro: São Bento, CEP: 57120-000 Suape, Alagoas, sendo como sócio empresário Sr. Jackson Henrique Borges Gomes [REDAZIDO].

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo do Contrato nº 126/2017, prorrogação contratual da empresa JHB Gomes Produções, para continuidade dos serviços de eventos, para atender as demandas e programações de eventos anuais desta Secretaria.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato contratual.

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1339202074253

FONTE: 0100

Elemento de Despesa: 33.90.39.

Maceió/AL, 05 de outubro de 2018.

ROSIANE RODRIGUES CAVALCANTI

Secretária Executiva de Estado da Cultura

Exercendo Interinamente a Função de Secretária de Estado da Cultura